TJMG
INFORMATIVO

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - OUTUBRO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 176

Resposta rápida às demandas do cidadão

Marcelo Albert

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania é uma iniciativa do TJMG que concentra, desde agosto, no Fórum Lafayette, as ações de conciliação e mediação e os serviços de atendimento ao cidadão da comarca de Belo Horizonte. O serviço conta com uma inovação: o Setor Pré-Processual, no qual o jurisdicionado poderá ter seu conflito solucionado antes que se torne um processo na Justiça.

Páginas 4 e 5

TJ investe no atendimento à comunidade

Já se foi o tempo em que o trabalho do TJMG se resumia à realização de julgamentos e à publicação de decisões judiciais. As exigências dos dias atuais fizeram com que o Judiciário precisasse oferecer muito mais do que isso. Para cumprir sua missão – "constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social" –, o Tribunal foi adequando sua atuação e encampando projetos, ações e iniciativas mais amplas, que têm se constituído em importantes ferramentas para a efetividade da Justiça.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, tema da matéria de capa desta edição, está entre as iniciativas do Tribunal mineiro para promover a pacificação social, orientar o jurisdicionado, prevenir os conflitos e solucionar os litígios em andamento. Seu funcionamento concretiza os esforços do Judiciário mineiro para aprimorar cada vez mais o atendimento ao cidadão.

Com a criação do centro, que tem ações voltadas para a mediação e a conciliação, o Judiciário reafirma ainda a sua crença na importância do diálogo e da participação dos envolvidos na construção de uma solução para o conflito. No Setor Pré-Processual, o objetivo é que o litígio seja resolvido antes mesmo de virar um processo judicial. Inicialmente voltado para resolver casos envolvendo a Cemig, o setor traz a vantagem de nem sequer exigir a presença do cidadão para dar início à conciliação. O passo inicial é feito pela internet, o que garante agilidade para a resolução do caso.

Esta edição traz ainda uma entrevista com o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, desembargador José Antonino Baía Borges, e matéria sobre os 20 anos das varas de precatórias e de sucessões e ausência da comarca de Belo Horizonte. *O TJMG Informativo* tem ainda dicas de turismo, em Tiradentes, na semana da criança, detalhes sobre a programação da 17ª Semana do Servidor, que será comemorada de 23 a 25 de outubro, e informações sobre a entrega da medalha JK, em Diamantina. No *Click* do Leitor, confira a imagem registrada pela estagiária Leilane Stauffer, em Fortaleza, no Ceará.

Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo *e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br*

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:
Desembargador Herculano Rodrigues
1º Vice-Presidente:
Desembargador Almeida Melo
2º Vice-Presidente:
Desembargador José Antonino Baía Borges
3º Vice-Presidente:
Desembargador Manuel Saramago
Corregedor-Geral:
Desembargador Audebert Delage

Expediente

Secretária Especial da Presidência:
Valéria Valle Vianna
Gerente de Imprensa:
Wilson Menezes
Coordenadora de Imprensa:
Letícia Lima
Editoras:
Francis Rose e Patrícia Melillo
Revisora:
Patricia Limongi
Design Gráfico:
Cristina Baía Marinho
Fotolito e Impressão:
Globalprint
Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG
Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,
Belo Horizonte/MG
CEP 30190-030
Tel.: (31) 3237-6551
Fax: (31) 3226-2715
E-mail: ascom@tjmg.jus.br
Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:
(31) 3299-4622
Ascom Fórum BH
(31) 3330-2123
Tiragem: 3 mil exemplares
Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

Presidente do TJ é orador de solenidade

O presidente do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues, foi o orador oficial da solenidade de entrega da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek, realizada em 12 de setembro, em Diamantina. Durante o evento, foram agraciadas 121 personalidades e instituições que contribuíram para o desenvolvimento do município, de Minas e do Brasil. Em seu discurso, o presidente Herculano Rodrigues lembrou as qualidades de JK: "O nome de JK está sempre associado à visão de futuro, modernidade, vocação para o desenvolvimento, conciliação e alegria. Ele tinha carisma. Agregava multidões. As pessoas se identificam com a humanidade do seu líder. Admiravam seu entusiasmo e seu espírito cosmopolita".

Renata Caldeira

Varas especializadas trouxeram agilidade processual

Joubert Oliveira

Equipes da 1ª e da 2ª Varas de Sucessões e Ausência: a especialização tornou mais ágeis os procedimentos e a análise dos processos, o que refletiu na atuação de servidores e advogados

Joubert Oliveira

Contribuir para a celeridade processual e aprimorar a prestação jurisdicional. Essas são algumas das vantagens da especialização das varas. Em Belo Horizonte, quatro varas que tratam de áreas específicas completaram 20 anos de instalação neste semestre: duas varas de precatórias – uma cível e uma criminal – e duas varas de sucessões e ausência. O trabalho focado em assuntos específicos trouxe agilidade para os julgamentos.

A Vara de Precatórias Criminais ficou responsável pelo processamento de todas as cartas precatórias de natureza criminal vindas de outras comarcas. Já a Vara de Precatórias Cíveis passou a processar as cartas precatórias de natureza cível provenientes de outras comarcas.

Nas varas de sucessões e ausência, entre alguns dos temas tratados, estão os relacionados a inventário de bens, testamentos, alvarás judiciais (quando a pessoa falecida não deixa bens) e declarações de ausência (quando é preciso presumir a morte de pessoas desaparecidas, por exemplo).

O desembargador Júlio César Lorens, atualmente integrante da 5ª Câmara Criminal do TJMG, assumiu a 1ª Vara de Sucessões e Ausência como titular em junho de 1996 e lá permaneceu até 2010, quando foi promovido a desembargador. Ele lembra que a criação das varas especializadas ajudou a acelerar o fluxo desses processos, que antes eram prejudicados por tramitarem nas varas cíveis com outras ações. Para ele, a instalação da vara especializada trouxe benefícios para a prestação jurisdicional, porque tornou mais ágeis os procedimentos e a análise dos processos, trazendo maior fluidez para o trâmite das ações de sucessões.

> O trabalho focado em assuntos específicos trouxe agilidade para os julgamentos

Acervo

Amilce de Fátima Gonzáles Coelho, escrivã substituta da 1ª Vara de Sucessões, destaca que a especialização refletiu na atuação de servidores e advogados. “Hoje os processos tramitam com mais correção”, destaca a servidora, que ingressou como escrevente na vara em 1995. O escrivão Gênesis Francisco Hilário, que estava lotado como escrevente na época da instalação da 2ª Vara de Sucessões, lembra que cerca de 15 mil processos, redistribuídos de todas as varas cíveis, fizeram com que ambas as varas nascessem já com um grande acervo.

Luciano Augusto de Melo, escrevente da Vara de Precatórias Cíveis em 1993, lembra da dificuldade de absorver tantos processos, que antes eram distribuídos para mais de 30 varas, entre cíveis e de família. O trabalho ainda era feito com máquinas de escrever, e as movimentações processuais ficavam guardadas em fichários em arquivos de aço. “A situação só mudou quando um funcionário doou um computador, e os servidores sistematizaram as primeiras padronizações de procedimentos”, conta Luciano, que, em 1996, tornou-se o mais jovem escrivão a ser efetivado em uma secretaria, aos 24 anos.

O desembargador Júlio César Lorens lembra que, em razão do grande número de processos, foi difícil colocar o acervo em dia nos primeiros anos. Ele destacou também o aprendizado jurídico e pessoal que a experiência como titular da vara lhe proporcionou. “Lembro-me da surpresa dos familiares, durante as audiências, ao descobrir se o falecido tinha deixado riquezas ou dívidas, se tinha outros filhos e se havia alguma pendência material ou pessoal a ser resolvida”, diz.

O coordenador executivo do programa Novos Rumos, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, lembra-se do período em que atuou como escrivão da vara de Precatórias Cíveis, de onde saiu em 1998. Ele acredita que a experiência adquirida nesse período contribuiu para sua atuação ao longo da carreira.

Centro Judiciário prioriza solu

Daniele Hostalácio

José se dirige ao Fórum Lafayette, na capital mineira, objetivando solucionar um conflito que lhe tem tirado o sono: uma conta de luz em atraso que provocou o corte do fornecimento de energia da sua casa. Para esse cidadão, o caminho, até recentemente, seria um só: ajuizar uma ação e, apenas um bom tempo depois, poder finalmente dormir em paz. Hoje, esse personagem fictício tem diante de si uma nova e ágil maneira de enfrentar o problema: o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, que foi criado em agosto.

A iniciativa do TJMG, por meio da 3ª Vice-Presidência, conta com o apoio permanente da Corregedoria-Geral de Justiça. Ali estão concentrados, agora, o serviço de conciliação, a mediação e o atendimento ao cidadão da comarca de Belo Horizonte, com uma inovação: o Setor Pré-Processual, no qual o jurisdicionado poderá ter seu conflito solucionado antes que este se torne um processo judicial.

> O centro, com o Setor Pré-Processual, atuará como uma espécie de justiça preventiva

Inicialmente, serão atendidos casos relacionados à Cemig, empresa com a qual o TJMG celebrou o primeiro convênio. "Qualquer pessoa que tenha um conflito com a empresa poderá, no site do TJMG, clicar no *link* Conciliação Cemig, preencher os seus dados pessoais e relatar o problema", conta o juiz Roberto Oliveira Araújo, coordenador do espaço. Os casos serão analisados por servidores do Tribunal; cerca de 15 dias depois, uma sessão de conciliação será marcada, e as partes – o cidadão e um preposto da empresa – terão a chance de chegar a um consenso, com a colaboração de um conciliador treinado pela EJEF, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"O centro, com o Setor Pré-Processual, atuará como uma espécie de justiça preventiva, facilitando o acesso ao Judiciário", afirma o juiz. Ele explica que o cidadão não precisará se deslocar até o fórum para registrar seu conflito, pois poderá fazê-lo de qualquer lugar, por meio da internet.

O centro conta, ainda, com o Setor Processual e o Setor de Atendimento ao Cidadão.

Pacificação social

A pacificação social é um dos focos da iniciativa, já que os conflitos geram grande desgaste emocional e financeiro, além da instabilidade social, como observa o desembargador Manuel Bravo Saramago, 3° vice-presidente do TJMG e superintendente de Gestão da Inovação. Uma das consequências da iniciativa deverá ser a redução da distribuição de processos. "Nos últimos anos, o Poder Judiciário tem tentado acelerar a prestação jurisdicional, mas não obteve êxito. Agora, o Estado oferece esse novo serviço, a prática pré-processual, com todo o aparato para que as partes se conciliem. E o acordo será homologado pelo juiz", diz.

"Um dos objetivos do centro é organizar e uniformizar os serviços de conciliação, mediação e atendimento ao cidadão", explica Ana Paula Villela de Vilhena, assessora da AGIN. Ela acrescenta que, para as ações em tramitação, as partes poderão solicitar agendamento de audiências de conciliação e de sessões de mediação no setor processual.

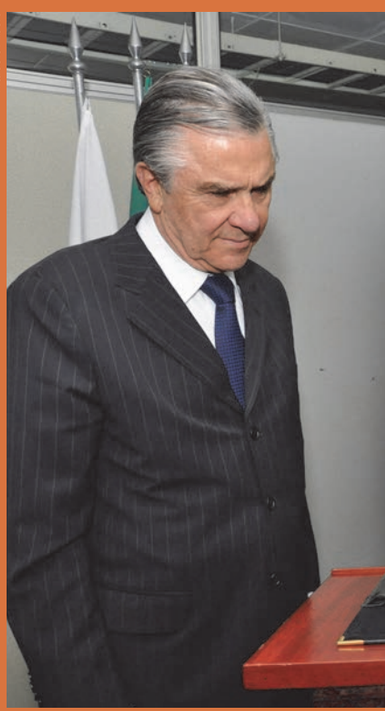
Segundo a servidora Olinda Batista de Andrade Teixeira, o setor de cidadania do Centro Judiciário de Belo Horizonte é o primeiro lugar a que o cidadão se dirige quando necessita de uma informação ou orientação. "Ele é a porta de entrada do Judiciário. Ali, os servidores escutam a demanda do cidadão e o encaminham, de acordo com cada situação", explica. Caso ele seja atendido no Setor Pré-Processual e não chegue a um acordo, será orientado sobre o caminho a seguir – procurar a Defensoria Pública, o Juizado Especial etc.

Metas

O desembargador Saramago informa que, além da Cemig, serão firmados convênios com outros grandes litigantes, como a Copasa e as empresas de telefonia, e que a diretriz adotada para os primeiros convênios baseia-se na natureza do serviço prestado pela empresa parceira, ou seja, o serviço deve ser essencial. "É importante ressaltar, contudo, que a iniciativa da conciliação é do jurisdicionado, pois nosso foco é o cidadão. A sessão é agendada para ele e tudo será feito sob a supervisão de um juiz de carreira e com a participação de servidores qualificados", reitera.

Outros centros judiciários serão criados no interior do Estado. As próximas comarcas a serem contempladas serão Divinópolis, Itaúna, Uberaba, Uberlândia e Patos de Minas. "O TJMG já tem uma histórica na conciliação e na mediação e, agora, com o Setor Pré-Processual, passa a oferecer ao cidadão a possibilidade de resolução de um conflito sem a burocracia de um processo. A ênfase é no diálogo, na capacidade de as pessoas construírem juntas uma solução", conclui a assessora Ana Paula.

Marcelo Albert



Representantes da Cemig assinaram convênio c

A equipe do Centro Judiciário lida com as ações

lução de conflitos e cidadania

onvênio com o presidente do TJ: casos relacionados à empresa são atendidos pelo Setor Pré-Processual

as ações de conciliação e mediação e os serviços de atendimento ao cidadão de Belo Horizonte

Núcleo permanente coordena e planeja ações

Criado por meio da Resolução 661/2010 do TJMG, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMG tem como principal atribuição desenvolver a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesse. Cabe, ainda, ao núcleo planejar e implementar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas. Nele será mantido o cadastro de mediadores certificados pelo CNJ bem como as estatísticas dos centros judiciários.

Também o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da capital mineira foi criado por força da resolução citada.

"Diante da necessidade de organizar e uniformizar os serviços de conciliação, de mediação e de outros métodos consensuais de solução de conflitos, o CNJ definiu que todos os tribunais deveriam criar núcleos permanentes", explica Ana Paula Villela de Vilhena.

No TJMG, o núcleo é composto pelo desembargador Manuel Saramago, que o coordena, por dois juízes e por dez servidores. "O núcleo se reúne mensalmente e possui representantes das cinco áreas de direção do Tribunal – a Presidência; a 1ª, a 2ª e a 3ª Vice-Presidências; a Corregedoria-Geral de Justiça. Assim sendo, fundamenta-se na lógica da gestão compartilhada", observa a assessora.

Saiba mais:

- O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca de Belo Horizonte abrange os seguintes serviços: pré-processual, processual e de atendimento ao cidadão.
- Passaram a integrar o centro:
  - os projetos Mediação e Magistrado Conciliador;
  - os juizados de conciliação;
  - a Central de Conciliação;
  - os postos avançados de conciliação extraprocessual;
  - o Serviço de Atendimento ao Cidadão.
- Entre os métodos consensuais de solução de conflitos, destacam-se a conciliação e a mediação.
- A conciliação é empregada quando não há conflito interpessoal entre as partes e, geralmente, quando a questão é mais objetiva e pontual. Por isso, o conciliador pode oferecer soluções para as partes.
- A mediação é empregada quando há conflito subjacente. Não cabe ao mediador propor nada, mas, sim, oferecer uma nova forma de conversar sobre o problema, limpando a linguagem violenta que muitas vezes já impera entre as partes e trazendo mais objetividade ao conflito.

Coragem para ousar

Ione Bernadete

"Quando não estou trabalhando, além da leitura, para a qual não tem sobrado muito tempo, o que eu gosto mesmo de fazer é sentar com meus amigos e conversar. Boa leitura e boa conversa ensinam muito." Foi o que disse o 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antonino Baía Borges, em entrevista para o ***TJMG Informativo***, quando falou de sua carreira e de outros assuntos além da magistratura. Ele assumiu a 2ª Vice-Presidência do TJ no final de junho e, desde então, por atribuição do cargo, é também o superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). A escalada na magistratura iniciou-se em 1974, em Tombos. Depois, foi transferido para Ibiá, em seguida, para Sete Lagoas, onde ficou até 1983, quando veio para Belo Horizonte como juiz substituto em entrância especial. Foi presidente do Tribunal de Alçada e passou a integrar o TJMG em 1998. Presidiu também o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Natural de Belo Horizonte, residiu no interior boa parte da infância e da adolescência, em Pitangui e Formiga, cidades onde seu pai, Vicente Borges, já falecido, foi juiz. Além do curso de direito, Baía Borges tem o diploma de estudos superiores de doutorado pela UFMG, é bacharel em letras e pós-graduado em direito público.

Marcelo Albert

Para o novo superintendente da Escola Judicial, os cursos de aperfeiçoamento para juízes e servidores exigem atenção especial

TJMG Informativo - O senhor assumiu a 2ª Vice-Presidência em 29 de junho. Que avaliação faz da Escola Judicial?

José Antonino Baía Borges - A Escola Judicial é respeitada nacionalmente, e isso se deve ao trabalho daqueles que a dirigiram antes. Decorridos quase três meses, constatamos que, apesar de tudo o que já foi feito por meus antecessores, o trabalho na Ejef, por ser muito amplo, está sempre demandando a aplicação de novas ideias. Os cursos de aperfeiçoamento para juízes e servidores exigem atenção especial, uma vez que a expectativa final é levar ao jurisdicionado uma justiça ágil e eficiente. Esse é o objetivo da Ejef, e com esses cursos estamos realizando o papel que se espera da Escola Judicial. A realização de concursos para o provimento de cargos da magistratura, de servidores e para o tabelionato é outra atividade da Ejef, que precisa estar sempre atenta às mudanças.

Quais são os principais desafios à frente da Ejef?

Toda atividade nova é um desafio, e o administrador tem de ousar. Para Abrahan Lincoln, "frequentemente é necessário mais coragem para ousar fazer certo do que temer fazer errado". Vivemos um momento em que as instituições experimentam, o Judiciário inclusive, questionamentos de toda ordem, seja moral, seja funcional. A experiência social se desenvolve num quadro de perda de valores. O resgate da normalidade – e direito é norma – passa pela educação. A Escola Judicial deve investir na formação humana do juiz, de forma permanente e continuada. Deve dar-lhe condições intelectuais para dialogar com as críticas e os desafios da prestação de uma justiça célere e eficiente.

O que o levou à carreira jurídica, ou melhor, à magistratura?

O ambiente em que fui criado pode ter me influenciado, pois, na minha família, muita gente se voltou para a área do direito. Meu pai foi magistrado, e sua carreira certamente estimulou a minha. Além disso, muitos amigos e colegas entraram para a magistratura, o que talvez tenha também afetado a minha escolha. O certo é que nunca gostei das ciências exatas. Um teste vocacional comprovou minha aversão e direcionou-me para as ciências humanas. Além de direito, também sou formado em letras pela Fafi-BH, só que, infelizmente, nunca pude me dedicar muito a elas, uma vez que comecei a exercer a advocacia e em seguida fiz concurso para juiz.

O senhor foi professor de direito durante muitos anos. Essa experiência contribui de alguma forma para o trabalho na Ejef?

O magistério é uma atividade em que mais se aprende do que se ensina. O contato com outros professores e com os alunos é uma fonte permanente de aprendizado. Além disso, o professor tem de estar sempre atualizado. Fui professor durante quase 30 anos na Faculdade de Direito de Sete Lagoas e, com certeza, essa experiência vai me auxiliar na Superintendência da Ejef. Nessa atividade, conto com excelente corpo de servidores e com meus colegas magistrados.

E fora do Tribunal, o que o senhor gosta de fazer? Tem algum ***hobby?***

Não tenho nenhum *hobby* em especial. Além de ler, o que mais gosto de fazer é sentar e conversar com meus amigos. Acho que herdei isso de meu avô e de minha mãe.

Letícia Lima

Tiradentes tem diversão para as crianças em outubro

Entre uma atividade e outra, o visitante pode descansar sob a sombra das árvores da praça

Soraia Costa

Um passeio de maria-fumaça, outro de charrete, rua de lazer, brinquedos artesanais, comida de dar água na boca, ainda com direito a banhos de piscina e de cachoeira... Um final de semana perfeito assim para as crianças só mesmo na bucólica Tiradentes, cidade histórica localizada a 190 km de Belo Horizonte.

No Dia das Crianças, 12 de outubro, vai ter rua de lazer com muitos brinquedos e brincadeiras para a meninada se divertir no Parque de Exposição, dentro da programação do evento Carro de Boi, que será realizado de 11 a 14 de outubro. As crianças, com os adultos, poderão se divertir também com rodeios, shows e a exposição de carros de boi, assim como apreciar bebidas e comidas típicas.

Outra opção que agrada crianças e adultos é o passeio de maria-fumaça, com um percurso de 13 quilômetros, de Tiradentes a São João del-Rei. O trem a vapor do início do século 20 é uma boa pedida para relembrar os meios de transporte que o homem utilizava antigamente. O trajeto dura cerca de 30 minutos e pode ser feito de sexta-feira a domingo e nos feriados. A tarifa para a ida e a volta é de R$ 50 (inteira) e R$ 30 (meia). Pagam a meia-entrada estudantes com comprovante de matrícula e carteira de identidade, pessoas acima de 60 anos e crianças de 5 a 10 anos.

A cidade é um museu a céu aberto. Casas coloniais, igrejas barrocas, museus, chafarizes, cavalos e charretes completam o prazer de passear pela história de Minas. São quase duas dezenas de igrejas e capelas, e as visitas aos museus valem uma aula de história bastante lúdica para a criançada. A agradável praça da cidade com suas árvores frondosas é o lugar ideal para o descanso entre uma e outra atividade.

Matriz

Uma atração especial é o espetáculo de som e luz que conta a história da Matriz de Santo Antônio, às sextas-feiras, sábados (exceto nos dias em que há casamentos agendados) e domingos, sempre às 20h. Enquanto os espectadores ouvem o texto gravado pelo ator Paulo Goulart, um foco de luz ilumina os detalhes da narração. Em seguida, às 20h30, acontece o concerto de órgão. A entrada para o espetáculo de som e luz custa R$ 10; o ingresso para o concerto custa R$ 20. A igreja não trabalha com meia-entrada.

Da comida mineira à massa italiana, Tiradentes oferece ótimas opções gastronômicas, além dos irresistíveis doces de leite, de frutas e de abóbora, beijinho, cocada e canudinho. Os doces mais famosos são os do Bolota e os do Chico Doceiro.

O município ainda tem trilhas ecológicas e água gelada nas cachoeiras. E, para quem gosta de uma água mais quentinha, tem o balneário Águas Santas, que fica a 11 km de Tiradentes, onde há duas piscinas naturais com temperatura média de 28 graus. A entrada nas piscinas custa R$ 12 (preço único).

A cidade oferece opções de hospedagem charmosas e aconchegantes, com diárias que variam de R$ 100 a R$ 500 em apartamento duplo.

Agende:

- Mostra de Cinema – 2ª quinzena de janeiro
- Carnaval
- Semana Santa
- Foto em Pauta (festival de fotografia) – março
- Harley Davidson (encontro de motoqueiros) – último final de semana de julho
- Festival Gastronômico – 2ª quinzena de agosto
- X Terra (corrida de bicicleta) – último final de semana de setembro
- Festival de Cavalo Campolina – 2ª quinzena de outubro
- Encontro de Fuscas – último final de semana de outubro

SERVIDOR

Semana valoriza história do servidor no TJ

Wilson Menezes

De 23 a 25 de outubro, o Tribunal de Justiça promove a 17ª Semana do Servidor, que neste ano foi desenvolvida a partir do tema "Sou servidor. Faço parte desta história!". A iniciativa deste ano apresenta atrações diversificadas, como a apresentação do grupo Mimulus e um inédito bazar para degustação de quitutes doces e salgados feitos pelos servidores.

O teatro também estará presente, com a encenação da peça *Dez Maneiras Incríveis de Destruir seu Casamento*, do grupo Comédia de Artes e Produções. O espetáculo está em cartaz há mais de sete anos em Minas Gerais.

Outra novidade da Semana será a colocação de painéis nos saguões das Unidades Goiás e Raja Gabaglia do Tribunal de Justiça e no Fórum Lafayette. Neles, os servidores poderão fixar imagens que retratam sua rotina de trabalho. Por sua vez, a escolha do servidor do ano de cada comarca permanece na programação.

A corrida e caminhada De Bem com a Vida, já em sua quinta edição, será realizada no entorno do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Por iniciativa da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), será lançado o projeto Servidores no Palácio, que visa estimular a visitação às dependências do Palácio da Justiça.

No Portal TJMG, onde é possível acessar a programação completa da Semana do Servidor, haverá um espaço para que os servidores compartilhem suas histórias de trabalho.

Renata Caldeira

Uma das atrações da Semana do Servidor é a corrida e caminhada De Bem com a Vida, que está em sua quinta edição

CLICK DO LEITOR

A cidade estava quente, fazendo jus ao codinome "Terra do Sol". Meus ânimos, afobados e característicos do ritmo belo-horizontino, mostravam, levemente, que o estilo de vida da capital de Minas Gerais não era o mesmo da capital do Ceará. Parte da tranquilidade de Fortaleza encontrei em uma felina, que amamentava sua cria, dentro de um vaso de planta de uma universidade. A singularidade e o encanto da cena remeteram à natureza do animal, que Fernando Pessoa registra no poema *Gato que brincas na rua*. "Bom servo das leis fatais que regem pedras e gentes, que tens instintos gerais e sentes só o que sentes."

Leilane Stauffer – estagiária TJMG/Unidade Goiás

Leilane Stauffer

Para publicar a sua foto no *Click d*o Leitor, envie a imagem e o texto para o *e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.*

TJMG

Impresso Especial
9912239399-2009-DR/MG
TJMG
correios

IMPRESSO

Remetente: Assessoria de Comunicação Institucional - TJMG | Rua Goiás, 253 - Térreo - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-030